

CODIGO PENAL

APPROVADO

POR

DECRETO DE 10 DE DEZEMBRO DE 1852.



LISBOA

IMPRESA NACIONAL

1855.

SENHORA:

A COMMISSÃO encarregada, pelos Decretos de 10 de Dezembro de 1845, e 8 de Agosto de 1850, de redigir um projecto de Código Penal, em que se consignassem os mais solidos principios do direito criminal, conforme as luzes do seculo, e segundo o systema constitucional da Monarchia, tem hoje a honra de fazer subir á presença de Vossa Magestade o resultado de seus trabalhos.

Obstaculos insuperaveis foram causa de que a commissão não podesse desempenhar-se mais promptamente do honroso encargo, que Vossa Magestade Houve por bem commetter-lhe.

Os graves acontecimentos politicos do paiz neste intervallo, o chamamento de dois de seus membros aos conselhos de Vossa Magestade, e outros motivos extraordinarios, fizeram não só que as reuniões regulares da commissão fossem frequentemente interrompidas (sendo-o de uma vez por vinte e seis mezes, de outra por dezenove, e de outra por oito), mas até que á maxima parte das sessões não podessem concorrer senão os tres vogaes signatarios do presente relatorio, e do projecto que o acompanha. Estas circumstancias demonstram sufficientemente que a commissão se houve com o zêlo e diligencia possiveis, sobretudo reflectindo-se na difficuldade da materia; porque não se póde desconhecer, que um Código Penal, em que se harmonisem os bons principios com os costumes, e legislação politica e civil do paiz, exige longo e profundo estudo das doutrinas, e a maior exactidão nas expressões; e que este vasto trabalho não póde ser a cópia

informe de diversas disposições de outros Codigos, admittidas sem escolha, e sem exame.

A commissão divide o seu projecto deCodigo Penal em dois livros: o primeiro contém as regras geraes, que dominam todas as materias do Codigo; e estão nelle reduzidas a preceito as melhores doutrinas dos Codigos, e jurisconsultos mais acreditados. O segundo livro trata dos crimes em especial, e offerece as incriminações de todos os factos prejudiciaes á sociedade, que devem ser punidos, bem como a designação das penas correspondentes.

Os limites rasoaveis de um relatorio não consentem que a commissão se occupe aqui com uma exposição detalhada do projecto, e justificação do seu systema e disposições; porém é de esperar que, se fôr necessario, alguns dos membros da commissão publiquem as notas, ou explicações, que possam parecer convenientes.

Por agora a commissão, limitando-se a dizer, que a escolha das doutrinas foi feita com muito estudo e discussão, e toda a redacção mui meditada e debatida, de modo que suppõe não se conter no projecto erro algum grave, ou incoherencia notavel, não póde comtudo dispensar-se de chamar a attenção de Vossa Magestade para certos pontos essenciaes.

A commissão entendeu que todos os crimes, offendendo a boa ordem da sociedade, devem por isso ser perseguidos sempre pelo Ministerio público, com a excepção dos poucos casos que o projecto especialisa.

Igualmente entendeu não dever occupar-se com a designação dos crimes em que os réos podem, ou não, livrar-se soltos sob fiança; porque, sem embargo da remissão do artigo 69.º da 3.ª parte da Reforma Judicial de 13 de Janeiro de 1837, a que hoje corresponde o artigo 921.º da Reforma Judicial novissima, a commissão pensa que esta materia é só propria de um Codigo de Processo Criminal.

E por esta mesma consideração que o projecto, determinando a duração das penas correccionaes, todavia não se occupa da fórma do processo em que taes penas correccionaes hão de ser impostas.

Cumpre mais á commissão fazer aqui rapidamente algumas

observações sobre os seguintes pontos, que entende serem gravissimos.

A consideração de que são summamente variaveis as circumstancias, que augmentam, ou diminuem a culpabilidade; de que as mesmas circumstancias influem de modo mui diverso em differentes casos para esse augmento, ou diminuição; e de que a mesma pena imposta a dois individuos culpados do mesmo crime, e ainda com as mesmas circumstancias do facto, produz muitas vezes em cada um delles um gráo diverso de soffrimento, e importa por conseguinte uma pena diversa; levou a commissão a não subdividir em grãos a duração das penas, mas a deixar aos Juizes um rasoavel arbitrio, com quanto mui temperado pelo maximo e minimo de cada uma das penas, e pelas regras que o Codigo lhes prescreve, e cuidadosamente trabalhadas, sobre as circumstancias aggravantes e attenuantes, e sobre a applicação, aggravção, attenuação, e substituição das penas.

Se por taes motivos a Lei não póde formular senão a regra geral para a applicação da pena; e só o Juiz póde em cada um dos casos especiaes graduar a sua duração dentro dos termos legaes; se o resultado da exaggeração da Lei seria uma justiça igual para todos em apparencia, iniqua em realidade; se é absolutamente indispensavel esta faculdade dada aos Juizes; o contrario se verifica no que toca ás incriminações. Aqui tudo é estricto, tudo é do ultimo rigor. Ninguem póde concluir de um caso ao outro por similhança, ou por indução. É este talvez o trabalho mais difficil da obra. As incriminações demasiadamente vagas dão occasião a que não só se comprehendam os factos, que devem ser qualificados crimes, mas aquelles, que ou nunca o devem ser, ou que unicamente dão logar á reparação civil. Por outro lado a insufficiencia das incriminações é causa, ou de muitas lacunas, ou do perigo ainda maior de se abusar da analogia, para julgar criminosos os factos, que a Lei não qualifica como taes.

A commissão pensa não ser chegado ainda o tempo, em que a pena de morte possa ser de todo eliminada das nossas Leis penaes; entretanto, sómente a admite nos muito raros casos em que a sua justiça, e indispensavel necessidade não

póde ser rasoavelmente contestada. O Acto addicional á Carta Constitucional, decretando a abolição da pena de morte nos crimes politicos, reservou para uma Lei a declaração de quaes são estes crimes; e em consequencia a commissão, sim se absteve de fazer enumeração ou classificação de crimes politicos; mas pensou conformar-se com o espirito da disposição do Acto addicional, rejeitando a pena de morte nos crimes de rebelião.

Taes são, Real Senhora, as rapidas ponderações, que a commissão julga dever offerecer á sabedoria de Vossa Magestade neste relatorio; ao qual põe termo, protestando ter feito quanto estava da sua parte para corresponder á alta confiança com que foi honrada.

Lisboa, 30 de Setembro de 1852.

Manuel Duarte Leitão.

José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos.

José Maria da Costa Silveira da Motta.

SENHORA:

A NECESSIDADE de um Código Penal portuguez, onde, conforme as luzes do seculo, se qualifiquem os crimes com suas circumstancias aggravantes, ou attenuantes, e se graduem as penas com a devida proporção, já por mais de uma vez foi reconhecida, assim no systema passado, como no actual, até que, pelo providente Decreto de 10 de Dezembro de 1845, e confiou esta importante obra á intelligencia e efficacia de uma commissão, composta de distinctos Jurisconsultos.

Com effeito, esta commissão, não obstante ficar ultimamente reduzida a tres de seus vogaes, por diversos motivos que impossibilitaram os outros de a auxiliar, e sem embargo e se ver obrigada por obstaculos invenciveis a interromper suas sessões repetidas vezes, e algumas por grande espaço, caba de se desempenhar cabalmente de tão difficil encargo, presentando o projecto de Código Penal, que lhe fôra incumbido.

Em verdade, neste Código, fructo da illustração e experiencia de seus auctores, Jurisconsultos tão eximios quão zelosos, está consignado, com precisão e clareza, quanto pare-

ceu melhor, em vista não só das regras que a justiça universal tem prescripto para a qualificação dos crimes, e para a graduação das penas, senão também das doutrinas mais applicaveis á indole, tendencia, e habitos da nação; mais adequadas ao systema constitucional da Monarchia; e mais seguidas nos differentes Codigos Penaes, até agora publicados.

Forçoso é, porém, como reconhecem os Ministros de Vossa Magestade com os vogaes da commissão, que na escala das penas estabelecidas neste Codigo se conte ainda a de morte, posto que mui limitada e circumscripta. É comtudo de esperar, attento o nosso progressivo estado de civilisação, que não virá longe o dia em que a pena capital possa de todo ser abolida entre nós.

Expõe a commissão em seu relatorio, que, tendo o Acto adicional á Carta Constitucional da Monarchia decretado a abolição da pena de morte nos crimes politicos, e reservado para uma Lei a declaração de quaes são estes crimes, se absteve ella de os enumerar e classificar; mas pensou conformar-se com o espirito da disposição do dito Acto adicional, rejeitando a pena ultima nos crimes de rebellião.

Em vista de taes ponderações, e attenta a difficuldade da materia, também os Ministros de Vossa Magestade entendem que este assumpto deverá ser tratado em Côrtes, apresentando-se-lhes em sua proxima reunião a competente proposta de Lei, a fim de que a generosa disposição do artigo 16.º do Acto adicional se complete quanto antes, como cumpre; não deixando por isso de publicar-se desde logo o Codigo Penal, até para que em presença delle se consiga mais facilmente tão proficuo resultado.

É pois manifesta, a todos os respeitos, a utilidade de um Codigo Penal portuguez, que vá de prompto substituir a antiga Legislação criminal, dispersa e cruenta; acabar de uma vez com o illimitado arbitrio que necessariamente resulta não menos da confusão que da nimia severidade das Leis; abrir uma nova época de moralidade e justiça; e levantar mais um padrão de gloria no Reinado de Vossa Magestade.

Por todas estas considerações os Ministros de Vossa Magestade, movidos só por interesse do paiz, têm a honra de

propôr a Vossa Magestade aquelle projecto deCodigo Penal, como digno de ser approvado.

Secretaria d'Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça, em 10 de Dezembro de 1852.

Duque de Saldanha.

Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Antonio Aluizio Jervis de Atouguia.

DECRETO.

TOMANDO em consideração a proposta dos Ministros e Secretarios d'Estado das differentes repartições; Hei por bem decretar o seguinte:

ARTIGO 1.º

Fica approvedo, para reger como Lei nestes reinos e seus domínios, o Código Penal portuguez, que faz parte deste Decreto, e baixa assignado pelos ditos Ministros e Secretarios d'Estado.

ARTIGO 2.º

É revogada toda a Legislação em contrario.

ARTIGO 3.º

O Governo dará conta ás Côrtes das disposições contidas no presente Decreto.

Os referidos Ministros e Secretarios d'Estado o tenham assim entendido, e façam executar. Paço, em dez de Dezembro de mil oitocentos e cincoenta e dois.

RAINHA.

Duque de Saldanha.

Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Antonio Aluizio Jervis de Athoquia.

CODIGO PENAL.

LIVRO PRIMEIRO.

DISPOSIÇÕES GERAES.

TITULO I.

DOS CRIMES EM GERAL, E DOS CRIMINOSOS.

CAPITULO I.

DOS CRIMES

ARTIGO 1.º

CRIME ou delicto é o facto voluntario, declarado punivel pela Lei penal.

ARTIGO 2.º

A punição da negligencia, nos casos especiaes determinados na Lei, funda-se na omissão voluntaria de um dever.

ARTIGO 3.º

Considera-se contravenção o facto voluntario punivel, que unicamente consiste na violação, ou na falta de observancia das disposições preventivas das Leis e Regulamentos, independentemente de toda a intenção malefica.

ARTIGO 4.º

Nas contravenções é sempre punida a negligencia.

ARTIGO 5.º

Nenhum facto, ou consista em acção, ou em omissão, póde julgar-se criminoso, sem que uma Lei anterior o qualifique como tal.

ARTIGO 6.º

Considera-se tentativa do crime qualquer acto exterior e voluntario, que constitua começo de execução do crime.

ARTIGO 7.º

A tentativa do crime é punivel quando a execução começada foi suspensa por effeito de circumstancia independente da vontade do criminoso.

ARTIGO 8.º

A tentativa do crime é sómente punivel quando a Lei manda unir esse crime com alguma das penas maiores, salvos os casos especialmente declarados.

ARTIGO 9.º

Nos casos especiaes, em que a Lei qualifica como crime consummado a tentativa de um crime, a suspensão da execução deste crime pela vontade do criminoso não é causa justificativa.

ARTIGO 10.º

Os actos puramente preparatorios não constituem a tentativa; e sómente são puniveis quando a Lei os qualifica como taes.

ARTIGO 11.º

Ha delicto frustrado quando o criminoso praticou todos os actos de execução que deviam produzir o resultado considerado pela Lei como elemento constitutivo do crime, sem que este resultado se seguisse.

ARTIGO 12.º

A ignorancia da Lei penal não se considera como causa justificativa do crime.

ARTIGO 13.º

Contra a disposição da Lei penal não são causas justificativas as circumstancias do offendido pelo crime, ou o seu consentimento, ou approvação.

ARTIGO 14.º

Nenhum acto é criminoso:

1.º Quando o seu auctor, no momento de o commetter, estava inteiramente privado de intelligencia do mal que commettia;

2.º Quando foi constringido por força irresistivel;

3.º Quando foi obrigado pela necessidade actual da legitima defeza de si, ou de outra pessoa;

4.º Quando o acto for consequencia accidental de um facto licito;

5.º Quando o acto fôr auctorisado pela Lei, e praticado por pessoa competente, com as fórmás devidas, se a Lei as decretar.

ARTIGO 15.º

Não são crimes os actos que não são qualificados como taes por este Codigo.

- § unico. Exceptuam-se da disposição deste artigo:

1.º Os actos classificados crimes por legislação especial, nas materias que não são reguladas por este Codigo, ou naquellas em que se fizer referencia á legislação especial;

2.º Os crimes militares.

ARTIGO 16.º

São crimes militares os factos que offendem directamente a disciplina do exercito ou da marinha, e que a Lei militar qualifica e manda punir como violação do dever militar, sendo commettidos por militares, ou outras pessoas pertencentes ao exercito ou marinha.

- § unico. Os crimes communs commettidos por militares, ou outras pessoas pertencentes ao exercito ou marinha, serão sempre punidos com as penas determinadas na Lei geral, ainda quando julgados nos tribunaes militares.

ARTIGO 17.º

As disposições das Leis civís, que, pela prática, ou omissão de certos factos, modificam o exercicio de algum dos direitos civís, ou estabelecem condemnações relativas a interesses particulares, e sómente dão logar á acção e instancia civil, não se consideram alteradas por este Codigo sem expressa derogação.

ARTIGO 18.º

Não é admissivel a analogia, ou inducção por paridade, u maioria de razão, para qualificar qualquer facto como crime; sendo sempre necessario que se verifiquem os elementos essencialmente constitutivos do facto criminoso, que Lei penal expressamente declarar.

CAPITULO II.

DAS CIRCUMSTANCIAS QUE AGGRAVAM, OU ATTENUAM OS CRIMES.

ARTIGO 19.º

São circumstancias aggravantes:

- 1.ª A premeditação;
- 2.ª A emboscada, o disfarce, a espera, a surpresa, a aleiosia, ou qualquer fraude;
- 3.ª A convocação, ou seducção de outros individuos para commetter o crime;
- 4.ª A invenção, e instrucção do plano de execução do crime, quando é commettido conjuntamente com outro individuo;
- 5.ª Commetter o crime acompanhado de outras pessoas, ou ter manifesta vantagem sobre o offendido, em razão da idade ou do sexo;
- 6.ª Commetter o crime com auxilio de pessoas que facilitem a impunidade;
- 7.ª Commetter o crime por dinheiro, ou por qualquer recompensa, ou promessa;
- 8.ª A obrigação especial que o criminoso tinha de não commetter, ou de obstar a que se commettesse o crime, ou de concorrer para a sua punição;
- 9.ª Ser o criminoso empregado público, civil, militar, ou ecclesiastico;
- 10.ª Ser o offendido parente ou affim do criminoso até ao segundo gráu por direito civil, ou ser, ou ter sido seu mestre, tutor, amo, ou de qualquer maneira seu superior;
- 11.ª Commetter o crime, tendo recebido beneficio do of-

fendido, ou com offensa ou desprezo do respeito que, por sua dignidade, idade, ou sexo, elle merecer;

12.^a Ser o crime commettido por um preso, ou contra um preso; ou contra o que está sob a immediata e especial protecção da auctoridade pública;

13.^a Commetter o crime em estrada ou logar ermo; e bem assim em casa destinada á habitação, ou em edificio destinado ao culto religioso, ou em acto público do culto religioso, ou nos paços reaes, e nas repartições públicas, ou na presença de qualquer auctoridade pública exercendo suas funcções;

14.^a Commetter o crime de noite, ou na occasião de incendio, naufragio, terremoto, ou outra calamidade pública, ou desgraça particular do offendido;

15.^a Commetter o crime com arrombamento, escalamento, ou chaves falsas; e bem assim por meio de veneno, de fogo, de inundação, ou com instrumento ou arma, cujo uso fôr prohibido;

16.^a O emprego simultaneo de diversos meios para commetter o crime, ou a insistencia nos esforços de o consummar, depois de mallogrados os primeiros;

17.^a Quaesquer actos de crueldade, espoliação, ou destruição, desnecessarios á consummação do crime;

18.^a A privação, ou inhabilitação de algum membro, ou órgão do corpo para as suas funcções; a deformidade, o aleijão, ou lesão de algum órgão essencial á vida do offendido;

19.^a A frequencia dos crimes da mesma natureza;

20.^a A accumulção de quaesquer crimes commettidos pelo criminoso;

21.^a A reincidencia;

22.^a Em geral as circumstancias que precedem, ou acompanham, ou seguem o crime, e mostram maior perversidade na sua execução, ou augmentam o soffrimento do offendido, ou a difficuldade de evitar a offensa, ou de que resulta maior perigo á causa pública, são circumstancias aggravantes d'esse crime.

ARTIGO 20.º

São circumstancias attenuantes:

- 1.^a A menoridade até aos vinte annos completos;
- 2.^a A provocação;
- 3.^a A violencia, ou ameaça;
- 4.^a A intenção, e necessidade de evitar um mal;
- 5.^a A falta de pleno conhecimento do mal, que deve causar o crime;
- 6.^a A ignorancia de que o facto é criminoso;
- 7.^a A apresentação voluntaria ás auctoridades;
- 8.^a A embriaguez não completa, quando fôr casual, e não posterior ao projecto de commetter o crime;
- 9.^a A espontanea reparação do damno;
- 10.^a A obediencia ao superior na ordem hierarchica, nos casos em que o inferior não ficar, segundo a lei, isento da pena pela obediencia;
- 11.^a Em geral as circumstancias que precedem, ou acompanham, ou seguem o crime, e enfraquecem a culpabilidade do criminoso, ou diminuem por qualquer modo os effectos do crime, são circumstancias attenuantes.

ARTIGO 21.º

As circumstancias aggravantes, ou attenuantes do crime influem na criminalidade de todos os corréos, ou sejam auctores, ou sejam cúmplices, excepto quando são derivadas da qualidade, ou posição pessoal de qualquer delles.

CAPITULO III.

DOS CRIMINOSOS.

ARTIGO 22.º

Sómente podem ser criminosos os individuos que têm a necessaria intelligencia e liberdade.

ARTIGO 23.º

Não podem ser criminosos:

- 1.º Os loucos de qualquer especie, excepto nos intervallos lucidos;
- 2.º Os menores de sete annos;

3.º Os maiores de sete e menores de quatorze, quando praticam o acto sem o necessario discernimento;

4.º Os ebrios, se a embriaguez é completa, casual, e não posterior ao projecto de commetter o crime;

5.º Os que praticam o acto em virtude de obediencia devida, nos termos em que a Lei a determinar.

ARTIGO 24.º

Os corréos de qualquer crime são ou auctores, ou cúmplices.

ARTIGO 25.º

São considerados auctores:

1.º Os que por acto immediato tomam parte na execução do crime;

2.º Os que dão ordem para se commetter o crime a pessoa que lhes está sujeita;

3.º Os que por dadia, promessa, violencia, ameaça, abuso de auctoridade, ou de poder, convencionam, ou obrigam, ou provocam á execução do crime;

4.º Os que aconselham, quando o conselho fôr causa determinante, e sem elle não se executaria o crime.

§ unico. O excesso do mandatario é imputavel ao mandante, se este o podia ter previsto como consequencia provavel do mandato.

ARTIGO 26.º

São considerados cúmplices:

1.º Os que aconselham, sendo o conselho alguma das causas determinantes do crime;

2.º Os que de qualquer maneira, que não seja alguma das referidas no artigo antecedente, provocam ao crime;

3.º Os que preparam, ou fornecem instrumentos, ou quaesquer meios para se commetter o crime, sendo disso sabedores;

4.º Os que, com igual conhecimento, ajudam os auctores do crime em quaesquer actos para facilitar a execução;

5.º Os que, deixando maliciosamente de impedir o crime, sendo-lhes possivel, concorrem para o facilitar, com intenção de que se execute;

6.º Os que para a execução do crime scientemente servem de intermediarios entre o mandante e mandatario, ou outros quaesquer corréos.

ARTIGO 27.º

As disposições deste Código são applicaveis, não havendo Tratado, ou Lei especial em contrario:

1.º A quaesquer estrangeiros residentes em dominios portuguezes;

2.º Aos portuguezes que, fóra dos mesmos dominios, commetterem crimes contra a segurança interior, ou exterior do Estado, falsificação de sellos publicos, de moedas portuguezas, ou de papeis de credito público, ou de notas de quaesquer bancos portuguezes auctorizados por Lei;

3.º Aos estrangeiros que commetterem qualquer destes crimes, uma vez que compareçam em territorio portuguez, ou se possa obter a entrega delles;

4.º A todo o portuguez que, em paiz estrangeiro, commetter algum crime contra outro portuguez, sendo achado neste reino, e não tendo sido punido no paiz em que commetteu o crime, se o proprio offendido querelar;

5.º A todos os individuos que commetterem crimes a bordo de navio portuguez no mar alto;

6.º A todo o portuguez, que commetter algum crime contra outro portuguez a bordo de navio portuguez surto em porto estrangeiro;

7.º A todos os portuguezes, ou estrangeiros, que commetterem algum crime a bordo de navio estrangeiro em porto portuguez, excepto se esse crime fôr commettido por pessoas da sua tripulação contra outras da mesma tripulação.

TITULO II.

DAS PENAS, E DE SEUS EFEITOS.

CAPITULO I.

DAS PENAS.

ARTIGO 28.º

As penas decretadas por este Codigo são as que se declaram nos artigos seguintes:

ARTIGO 29.º

As penas maiores são:

- 1.ª A pena de morte;
- 2.ª A de trabalhos publicos;
- 3.ª A de prisão maior com trabalho, ou simples;
- 4.ª A de degredo;
- 5.ª A de expulsão do reino;
- 6.ª A da perda dos direitos politicos.

ARTIGO 30.º

As penas correccionaes são:

- 1.ª A pena de prisão correccional;
- 2.ª A de desterro;
- 3.ª A de suspensão temporaria dos direitos politicos;
- 4.ª A de multa;
- 5.ª A de reprehensão.

ARTIGO 31.º

As penas especiaes para os empregados publicos são:

- 1.ª A pena de demissão;
- 2.ª A de suspensão;
- 3.ª A de censura.

ARTIGO 32.º

A pena de morte consiste na simples privação da vida.

ARTIGO 33.º

O condemnado na pena de trabalhos publicos será empre-

ado nos trabalhos mais pesados com corrente de ferro no pé, u com cadêa presa a outro companheiro, se a natureza do trabalho o permittir. Esta pena póde ser por toda a vida, com s restricções prescriptas na Lei, ou temporaria, desde tres té quinze annos.

ARTIGO 34.º

O condemnado á pena de prisão maior será recluso em foraleza, ou cadêa, ou estabelecimento público destinado para ste fim. A prisão com trabalho obriga o condemnado a trabalhar dentro do estabelecimento, conforme as suas circumstancias e aptidão, applicando-se em seu beneficio parte do reducto, segundo os respectivos Regulamentos. A prisão imples não priva o condemnado de comunicar com outras pessoas, segundo os Regulamentos do Governo, salvo quando fôr com isolamento. A prisão maior, ou com trabalho, ou imples, póde ser por toda a vida, ou temporaria, que, excedendo a tres annos, não passe de quinze.

ARTIGO 35.º

O criminoso, que fôr condemnado em pena de degredo, será levado para uma das possessões ultramarinas, para ahi permanecer por toda a vida, se o degredo fôr perpetuo; ou pelo tempo declarado na sentença, se o degredo fôr temporario, o qual não poderá ser menor de tres annos, nem exceder a quinze annos.

ARTIGO 36.º

Pela pena da expulsão do reino é o criminoso obrigado a sair do territorio portuguez, com inhição de nelle tornar a entrar. Esta pena póde ser por toda a vida, ou temporaria, desde tres até quinze annos.

ARTIGO 37.º

A pena da perda dos direitos politicos consiste na incapacidade de tomar parte por qualquer maneira no exercicio, u no estabelecimento do poder público, ou funcções publicas. Esta pena é perpetua, salva a rehabilitação nos casos determinados na Lei.

ARTIGO 38.º

A prisão correccional terá logar em cadêa ou estabeleci-

mento público destinado para este fim. Não obriga a trabalho, e não póde exceder a tres annos.

ARTIGO 39.º

A pena do desterro obriga o réo a permanecer em um logar determinado pela sentença, no continente, ou ilha em que o crime fôr commettido, ou a saír da comarca por espaço de tempo, que não exceda a tres annos.

ARTIGO 40.º

A suspensão temporaria dos direitos politicos consiste na privação do exercicio de todos, ou de alguns dos direitos politicos, por um determinado espaço de tempo, que não póde exceder a doze annos.

ARTIGO 41.º

O condemnado em multa é obrigado a pagar para o Estado uma quantia proporcional ao seu rendimento, até tres annos, arbitrada na sentença, de modo que, por dia, não seja menor que cem réis, nem exceda a dois mil réis, salvo nos casos em que a Lei taxar quantias determinadas.

ARTIGO 42.º

A pena de reprehensão obriga o condemnado a comparecer em audiencia pública do Juizo respectivo, para ahí ser reprehendido.

ARTIGO 43.º

A pena de demissão ou perda do emprego póde ser com declaração de incapacidade para tornar a servir qualquer emprego, e póde ser sem essa declaração.

ARTIGO 44.º

A suspensão do exercicio do emprego não póde exceder a tres annos.

ARTIGO 45.º

A pena de censura dos empregados publicos póde ser, ou simples, ou severa, com as formalidades decretadas na respectiva Lei disciplinar.

ARTIGO 46.º

A duração das penas temporarias é determinada pelos Juizes, não podendo exceder-se, nem abreviar-se os termos mais que é marcado na Lei, salvo nos casos especialmente designados.

ARTIGO 47.º

A gravidade das penas considera-se em geral, segundo a ordem de precedencia em que se acham descriptas neste catalogo; entendendo-se que as penas perpetuas de trabalhos publicos, prisão, e degredo, são mais graves do que qualquer das penas temporarias.

§ unico. Considerar-se-ha a pena de degredo immediatamente superior á de prisão correccional, nos casos em que a Lei decretar, sem mais declaração, a pena immediatamente superior, ou inferior; e não poderão ter logar as penas de exilção do reino, e da perda dos direitos politicos, senão nos casos em que a Lei especialmente as decretar.

ARTIGO 48.º

A pena de trabalhos publicos aggrava-se, sendo os trabalhos no Ultramar.

ARTIGO 49.º

A pena de prisão aggrava-se quando é com isolamento, ou no Ultramar.

ARTIGO 50.º

A pena de degredo entende-se em regra ser para a Africa. Nas sentenças se deverá sempre declarar se o degredo é para as possessões portuguezas orientaes, ou se é para as possessões occidentaes de Africa, sem mais designação de logar certo. No primeiro caso considera-se aggravada a pena de degredo.

§ 1.º Terá logar o degredo para a India, quando fôr expressamente determinado na Lei.

§ 2.º O Governo designará o logar da residencia do degradado.

CAPITULO II.

DOS EFEITOS DAS PENAS.

ARTIGO 51.º

A condemnação do criminoso, logo que passa em julgado, tem os effeitos declarados nos artigos seguintes.

ARTIGO 52.º

O condemnado á pena de morte perde todos os direitos politicos; e bem assim a propriedade, posse e administração de todos os bens, que immediatamente passam aos seus successores legitimos.

§ unico. Não pôde fazer testamento, sendo de nenhum vigor o que já tiver feito.

ARTIGO 53.º

O condemnado a qualquer das penas perpetuas de trabalhos publicos, prisão, ou degredo, perde todos os direitos politicos; e bem assim a administração de seus bens, de que não pôde dispôr por acto entre vivos. Perde igualmente, assim como o condemnado á morte, o direito á protecção das Leis civis para exercer auctoridade a respeito de sua mulher, e de seus filhos; e não pôde ser testemunha, excepto para dar simples informações á justiça; e nos negocios judiciaes é considerado como as pessoas que a Lei declara incapazes de se regerem.

§ 1.º Sómente poderá receber dos seus bens, ou rendimentos, a porção que o Governo julgar conveniente auctorisar.

§ 2.º No lugar do degredo poderá o condemnado exercer os direitos civis.

ARTIGO 54.º

Qualquer das penas declaradas no artigo antecedente, sendo temporaria, produz o effeito da perda de todos os direitos politicos; e os bens do condemnado são regidos, durante o cumprimento da pena, como o são os dos incapazes de administrar sua fazenda, observando-se as regras, que a respeito da curadoria, em taes casos, as Leis estabelecem.

§ unico. O criminoso capaz de trabalhar, condemnado a trabalhos publicos, ou a prisão com trabalho, não póde receber porção alguma do rendimento de seus bens durante o cumprimento da pena, ou esta seja perpetua, ou seja temporaria.

ARTIGO 55.º

O condemnado á pena de expulsão do reino perde todos os direitos politicos, e seus bens são regidos como os dos usentes.

ARTIGO 56.º

O condemnado á pena de prisão correccional, ou á de desterro, fica suspenso do exercicio dos direitos politicos durante cumprimento da pena.

ARTIGO 57.º

A perda dos direitos politicos, ou como pena principal, ou como effeito de outra pena, priva o condemnado das honras e distincções da nobreza, de qualquer condecoração, do direito de trazer armas, do de ensinar, ou dirigir, ou concorrer na direcção de qualquer estabelecimento de instrucção; e produz a incapacidade de ser tutor, ou curador, ou membro de algum conselho de familia, de ser procurador em juizo, e de ser testemunha em qualquer acto solemne e autentico.

ARTIGO 58.º

A suspensão do exercicio de todos os direitos politicos produz tambem a suspensão do exercicio dos direitos enumerados no artigo antecedente.

§ unico. Fôra d'este caso a suspensão de algum dos direitos enumerados no artigo antecedente, e bem assim a suspensão do exercicio de profissão, que exija titulo, terá lugar quando a Lei expressamente o declarar.

ARTIGO 59.º

São sujeitos á especial vigilancia da policia, ainda que a sentença o não declare:

1.º Os condemnados a desterro durante o cumprimento da pena;

2.º Os condemnados temporariamente a trabalhos publi-

cos, a prisão maior, a degedo, e a expulsão do reino depois do cumprimento da pena, e por tanto tempo quanto fôr o da duração da pena, se na sentença se não marcar praso mais curto.

§ unico. Tambem ficam sujeitos á especial vigilancia da policia os que assim forem declarados por sentença, em virtude de expressa determinação da Lei.

ARTIGO 60.º

Quando a pena fôr correccional, não tem logar a sujeição á especial vigilancia da policia, sem especial determinação da Lei.

ARTIGO 61.º

Pela sujeição á especial vigilancia da policia é o condemnado obrigado a não comparecer nos logares que o Governo lhe designar; e igualmente é obrigado, antes da sua soltura, a declarar o logar em que pretende fixar a sua residencia, a fim de receber uma guia, que regule o itinerario, a qual apresentará logo á auctoridade administrativa desse logar; fazendo perante esta auctoridade igual declaração, e observando-se o mesmo que fica determinado no caso em que pretenda mudar de residencia.

ARTIGO 62.º

A demissão do emprego com a declaração de incapacidade para servir qualquer emprego, ou seja imposta como pena principal, ou seja effeito de outra pena, produz a perda de todo o direito a jubilação, aposentação, refórma, ou a qualquer pensão por serviços anteriores, sem prejuizo de pensão alimenticia, que possa depois ser legalmente concedida ao criminoso.

§ unico. A simples demissão de qualquer emprego produz a incapacidade de tornar a servir o mesmo emprego.

ARTIGO 63.º

A suspensão temporaria de qualquer dos direitos politicos produz, quanto aos empregados publicos, a suspensão do exercicio do emprego, por tanto tempo quanto aquella durar.

ARTIGO 64.º

A perda, a favor do Estado, do objecto, ou producto do crime, e das armas com que foi commettido, ou que eram destinadas para esse fim, tem lugar nos casos em que, ou o offendido, ou algum terceiro, não responsavel pelo crime, não tenha direito á restituição.

§ unico. A perda de quaesquer outros instrumentos do crime tem lugar:

- 1.º Quando fôr prohibido o seu uso, ou conservação;
- 2.º Quando a Lei expressamente o determinar.

ARTIGO 65.º

A condemnação passada em julgado, que, ou impozer a pena da perda dos direitos politicos, ou tiver este effeito, será impressa por extracto, e affixada no lugar em que fôr proferida, na cabeça da comarca em que tiver sido commetido o crime, e no lugar do domicilio do condemnado.

ARTIGO 66.º

As penas ecclesiasticas não produzem effeito algum civil.

ARTIGO 67.º

Os effeitos das penas têm lugar em virtude da Lei, independentemente de declaração alguma na sentença condemnatoria.

TITULO III.

DA APPLICAÇÃO E EXECUÇÃO DAS PENAS.

CAPITULO I.

DA APPLICAÇÃO DAS PENAS EM GERAL.

ARTIGO 68.º

Não poderá ser applicada pena alguma, que não seja deitada na Lei.

ARTIGO 69.º

Nenhuma pena poderá ser substituida por outra, salvo nos casos em que a Lei o auctorisar.

ARTIGO 70.º

Se, depois de commettido o crime, a Lei modificou a pena, será sempre imposta a pena menor, posto que ao tempo da sentença esteja decretada pena mais grave.

§ unico. Se, ao tempo da sentença, o facto não fôr pela Lei qualificado como crime, posto que o fosse pelas Leis que existiam ao tempo em que foi commettido, nenhuma pena será applicada.

ARTIGO 71.º

A pena de morte não poderá em caso algum ser applicada aos menores de dezeseite annos; mas será substituida pela de prisão perpetua com trabalho.

ARTIGO 72.º

A pena de trabalhos publicos não poderá em caso algum ser applicada ás mulheres, aos menores de dezeseite annos, aos maiores de sessenta annos, e aos que tiverem tal enfermidade, que não possam servir nos trabalhos publicos, sendo esta enfermidade competentemente provada.

§ unico. Quando taes pessoas commetterem um crime, que pela Lei tem a pena de trabalhos publicos, ou que, tendo sido condemnadas a esta pena, chegaram á idade de sessenta annos, ou ao estado de enfermidade incompativel com a mesma pena, deverá ella ser substituida pela de prisão com trabalho, ou sem elle.

ARTIGO 73.º

O menor de quatorze annos, que commetter algum crime, praticando o facto sem discernimento, será entregue, segundo as circumstancias, ou a seus paes, parentes, e tutores, ou será recluso em uma casa de educação pelo tempo que fôr determinado na sentença.

§ 1.º O menor de quatorze annos, que commetter algum crime a que corresponda alguma das penas maiores, praticando o facto com discernimento, será condemnado a prisão com trabalho ou sem elle, por tempo que não exceda a dez annos. Se a pena do crime fôr correccional, a pena que lhe fôr imposta não será maior do que a metade da que deveria impôr-se no caso em que o criminoso excedesse a idade dos quatorze annos.

§ 2.º Nos casos declarados no § antecedente poderá pronunciar-se na sentença a sujeição á vigilancia especial da policia até dez annos.

ARTIGO 74.º

Se alguém, em estado de embriaguez completa, praticar qualquer facto que a Lei penal manda punir, ser-lhe-ha applicada a pena de prisão correccional, podendo aggravar-se segundo as circumstancias do facto illicito, seguido daquelle resultado, nos casos seguintes:

- 1.º Se a embriaguez não fôr casual;
- 2.º Se foi posterior ao projecto do crime.

§ unico. Neste caso terá logar a disposição do § 2.º do artigo antecedente.

ARTIGO 75.º

Quando algum individuo, que não tenha, ou não exerça direitos politicos, commetter algum crime, se a pena decreta da pela Lei fôr a da perda dos direitos politicos, será substituida pela prisão correccional. Se fôr a da suspensão do exercicio de todos, ou de alguns desses direitos, será substituida pela de prisão até um anno.

ARTIGO 76.º

Quando alguma das penas maiores temporarias houver de ser imposta a um estrangeiro, poderá ser substituida pela de expulsão do reino perpetua.

CAPITULO II.

DA APPLICAÇÃO DAS PENAS NOS CASOS EM QUE CONCORREM CIRCUMSTANCIAS AGGRAVANTES, OU ATTENUANTES.

ARTIGO 77.º

Se concorrerem em algum crime circumstancias aggravantes, as quaes não sejam consideradas especialmente e expressamente na Lei, para qualificar a maior gravidade desse crime, determinando a pena correspondente, observar-se-hão, para augmentar a pena, as regras estabelecidas nos artigos seguintes.

ARTIGO 78.º

Não é circumstancia aggravante, para o effeito de augmen-

tar a pena, aquella que a Lei considera como elemento essencialmente constitutivo do crime.

§ 1.º A pena de morte não se agrava em caso algum.

§ 2.º Os trabalhos publicos por toda a vida serão no Ultramar.

§ 3.º A prisão perpetua será no Ultramar, ou com isolamento; e tanto nesta pena, como na de prisão temporaria, o isolamento pôde ser, ou durante o cumprimento da pena, ou pelo espaço de tempo que parecer aos Juizes.

§ 4.º A pena de degredo por toda a vida será aggravada segundo o disposto no artigo 50.º; podendo, além d'isto, aggravar-se com a prisão no lugar do degredo, por um espaço de tempo determinado, como parecer aos Juizes.

§ 5.º A pena de degredo para a India agrava-se sendo para a Africa.

§ 6.º As penas da perda de todos os direitos politicos, e da expulsão perpetua do reino, serão aggravadas com a multa.

ARTIGO 79.º

Na aggravação das penas temporarias não poderá prolongar-se a sua duração além do termo fixado pela Lei, nem mudar-se a sua natureza.

§ 1.º Podem, comtudo, as penas temporarias de trabalhos publicos, de prisão maior, e de degredo, ser aggravadas dentro do termo legal, applicando-se as disposições dos §§ do artigo antecedente.

§ 2.º A aggravação declarada no § antecedente terá logar sempre que houver de aggravar-se o maximo das mesmas penas temporarias, decretado na Lei.

§ 3.º A pena de expulsão temporaria do reino agrava-se tambem com a multa.

§ 4.º Se a Lei decretar o maximo de qualquer pena correccional, e houver logar a aggravação, accrescentar-se-ha a pena da multa; e se a pena decretada fôr o maximo da multa, accrescentar-se-ha a prisão até um anno.

§ 5.º A demissão de qualquer empregado público agrava-se com a multa, ou com a prisão correccional.

§ 6.º A demissão de qualquer empregado público, com

a declaração de incapacidade absoluta para servir qualquer emprego, terá sómente logar nos casos em que a Lei especialmente a determinar, ou em que fôr effeito de outra pena.

ARTIGO 80.º

Concorrendo em algum crime circumstancias attenuantes, que não tenham sido especialmente e expressamente consideradas na Lei, para determinar a pena correspondente, observar-se-hão, segundo a maior ou menor influencia na culpabilidade do criminoso, as regras seguintes.

ARTIGO 81.º

A pena de morte será substituida por qualquer das penas perpetuas de trabalhos publicos, prisão, ou degredo.

§ 1.º A pena perpetua de trabalhos publicos será substituida pela temporaria de trabalhos publicos, ou pela prisão maior temporaria, com trabalho, ou sem elle, ou pelo degredo perpetuo, ou temporario, aggravado, ou não aggravado.

§ 2.º A prisão perpetua será substituida, ou pela prisão maior temporaria, ou pelo degredo perpetuo ou temporario, aggravado, ou não aggravado.

§ 3.º A pena de degredo por toda a vida será substituida pelo degredo temporario, aggravado, ou não aggravado, ou pelo maximo da prisão correccional.

§ 4.º A pena da perda dos direitos politicos será substituida pela da suspensão do seu exercicio.

§ 5.º A pena perpetua de expulsão do reino será substituida pela temporaria, ou pela de prisão correccional, cuja duração não seja inferior a dois annos.

ARTIGO 82.º

A duração das penas maiores temporarias será abreviada, podendo reduzir-se até ao minimo.

§ unico. Poderão tambem os Juizes, considerando o numero e importancia das circumstancias attenuantes, substituir qualquer das penas immediatamente inferiores, e mesmo a prisão correccional não inferior a dois annos.

ARTIGO 83.º

A redução das penas correccionaes nos crimes terá logar sem que a pena desça dos termos seguintes:

1.º A prisão correccional, e a multa, a menos de tres dias;

2.º O desterro e a suspensão do emprego, a menos de tres mezes;

3.º A suspensão dos direitos politicos, a menos de dois annos.

§ unico. Nos casos declarados neste artigo poderá tam-bem, em logar da mencionada redu ção, ser substituida qual-quer das penas correccionaes pela de multa; e bem assim poderá applicar-se sómente a pena de multa quando fôr de-cretada conjuntamente com outra.

ARTIGO 84.º

Concorrendo simultaneamente circumstancias aggravantes e circumstancias attenuantes, conforme umas ou outras pre-dominarem, será aggravada ou attenuada a pena.

CAPITULO III.

DA applicação das penas nos casos de reincidencia, accumulção de crimes, cumplicidade e tentativa

ARTIGO 85.º

A reincidencia verifica-se todas as vezes que o criminoso, tendo sido condemnado por sentença passada em julgado por algum crime, commette outro crime da mesma natureza antes de terem passado dez annos desde a dita condemnação; e ainda que a pena do primeiro crime tenha sido perdoada.

§ 1.º Não se considera reincidencia quando o primeiro crime foi amnistiado, ou o criminoso foi rehabilitado.

§ 2.º Nas contravenções o termo é de um anno; e não se requer que a segunda contravenção seja da mesma natureza.

ARTIGO 86.º

No caso de reincidencia, se a pena do ultimo crime fôr perpetua, será o criminoso condemnado na immediata supe-

rior perpetua, excepto na pena de morte. Se a pena do ultimo crime fôr temporaria, será condemnado o criminoso no maximo da mesma pena temporaria aggravada.

ARTIGO 87.º

Salvo nos casos especialmente declarados não tem logar a accumulção das penas, excepto a da multa, por crimes anteriores á primeira condemnação; e se applicará sómente a pena mais grave decretada na Lei; aggravando-se, segundo as regras geraes, em attenção á circumstancia da accumulção dos crimes.

ARTIGO 88.º

Aos cumplices de qualquer crime será applicada a pena, que, segundo as regras prescriptas para os casos em que concorrem circumstancias attenuantes, se deve applicar a esse crime.

ARTIGO 89.º

A disposição do artigo antecedente terá logar na applicação da pena á tentativa de qualquer crime.

§ unico. No caso de delicto frustrado, se a pena do crime fôr perpetua, será applicada a pena temporaria da mesma especie, ou a pena perpetua immediatamente inferior. Se a pena do crime fôr temporaria, reduzir-se-ha dentro dos termos fixados pela Lei.

ARTIGO 90.º

As disposições dos artigos antecedentes entendem-se salvos os casos especiaes em que a Lei decretar pena determinada.

CAPITULO IV.

DA EXECUÇÃO DAS PENAS.

ARTIGO 91.º

A pena de morte será executada na forca, em logar público da cidade ou villa em que fôr proferida a sentença, ou da comarca em que tiver sido commettido o crime, como a sentença declarar, precedendo e concorrendo os actos e formalidades necessarias para que haja a maior publicidade.

§ 1.º Não se executará a pena de morte nos domingos, dias santos, semana santa, e dias de gala.

§ 2.º Os corpos dos suppliciados serão entregues aos seus parentes, se os reclamarem, para lhes fazerem o enterramento sem pompa alguma.

ARTIGO 92.º

Nas mulheres gravidas não se executarão as penas corporaes, excepto a pena de prisão correccional, senão passado um mez depois de terminado o estado de gravidez.

ARTIGO 93.º

Nos loucos, que commetterem crimes em lucidos intervallos, se executarão as penas quando elles estiverem nos mesmos lucidos intervallos.

§ unico. Nos que enlouquecerem depois de commettido o crime, se sobre-estará, ou no processo de accusação, ou na execução da pena, até que elles recuperem as suas faculdades intellectuacs.

ARTIGO 94.º

A pena do crime, commettido durante o cumprimento da primeira condemnação, será executada, se o cumprimento de ambas as penas fôr compativel, ou simultaneamente, ou successivamente; e, no caso contrario, será aggravada a pena mais grave.

ARTIGO 95.º

Todas as penas que devem durar por um tempo determinado começam a correr desde o dia em que passar em julgado a sentença condemnatoria.

ARTIGO 96.º

Se algum condemnado a trabalhos publicos, ou a prisão com trabalho, se recusar a trabalhar por algum tempo, não lhe será contado esse tempo no cumprimento da pena, e será constrangido ao trabalho com as penas disciplinares estabelecidas pelo Governo.

ARTIGO 97.º

As casas destinadas para a execução da pena de prisão

com trabalho serão distinctas das cadêas destinadas para o cumprimento da pena de prisão simples; e umas e outras distinctas das cadêas destinadas para o cumprimento da pena de prisão correccional, e para a retenção dos pronunciados até á condemnação.

ARTIGO 98.º

A conveniente separação dos presos, e a policia das prisões, assim como as penas disciplinares contra os presos que usarem de ameaças, injurias, ou violencias contra os carcereiros, ou seus prepostos, ou contra outros presos, ou que por outro qualquer modo infringirem os Regulamentos das prisões, serão determinadas nos Regulamentos administrativos do Governo, salva a acção em Juizo que possa ter logar.

ARTIGO 99.º

Em quanto não houverem estabelecimentos proprios para os trabalhos dos presos, a prisão com trabalho será substituida pelo degredo aggravado, accrescentando-se a prisão nos termos do § 4.º do artigo 78.º, e do § 1.º do artigo 79.º

ARTIGO 100.º

Se na execução de qualquer pena se suscitar algum incidente contencioso, será resolvido pelos Juizes, dos quaes emanou a condemnação.

ARTIGO 101.º

Quando a Lei decretar a pena de multa, se o crime fôr commettido por muitos corréos, a cada um delles deve ser imposta essa pena, salvos os casos em que a Lei declarar que uma só multa seja distribuida por todos.

§ 1.º Todos os auctores ou cúmplices do mesmo crime, ou da mesma contravenção, que forem condemnados em uma só multa na mesma sentença, sem que nella se declare a parte que deve pagar cada um, são solidariamente responsáveis pelo pagamento da mesma multa.

§ 2.º A obrigação de pagar a multa passa aos herdeiros do condemnado, se em vida deste a sentença de condemnação tiver passado em julgado.

§ 3.º Se a hypotheca legal pela multa concorrer com

a que compete ao offendido pela satisfação do damno, será esta ultima preferivel; e para todo o outro concurso de preferencias com a da multa se **observará** o que é disposto por direito civil.

§ 4.º Na falta de bens **sufficientes** e **desembaraçados** para pagamento da multa, será esta pena substituida por prisão pelo tempo correspondente. Quando a multa for de quantia taxada pela Lei, e o condemnado não tiver bens **sufficientes** e **desembaraçados**, será esta pena substituida pela de prisão, a razão de 500 réis por dia.

ARTIGO 102.º

As penas não passarão em caso algum da pessoa do delinquente.

ARTIGO 103.º

Quanto ás **penas** não é admissivel **transacção** nem **compensação**.

TITULO IV.

DA RESPONSABILIDADE CIVIL, E DA EXTINCCÃO DOS CRIMES E PENAS.

CAPITULO I.

DA RESPONSABILIDADE CIVIL.

ARTIGO 104.º

Aquelle que, por sua falta ou negligencia, causou a outrem algum damno, é responsavel pela sua reparação.

ARTIGO 105.º

Aquelle, que fôr offendido por algum crime, tem direito á restituição das cousas, de que por esse crime foi privado, ou á reparação pelo seu valor legalmente verificado, se a restituição não fôr possivel; e além disto tem direito á indemnisação de qualquer outro damno e perda que soffreu.

§ unico. Nesta reparação comprehendem-se os lucros cessantes.

ARTIGO 106.º

Todos os corréos, auctores ou cúmplices de qualquer crime, são solidariamente responsaveis pela reparação do damno e perda que desse crime resultou; salvo o recurso contra os outros corréos que compete pela quota parte áquelle que satisfaz.

ARTIGO 107.º

A reparação do damno e perda deve ser requerida pelo offendido.

ARTIGO 108.º

O direito de exigir a restituição e reparação, e bem assim a obrigação de satisfaze-las, passam aos herdeiros.

ARTIGO 109.º

Os bens da meação da mulher, e quaesquer outros que a ella pertençam por qualquer titulo, não são obrigados á restituição e á reparação do damno resultante do crime do marido.

ARTIGO 110.º

A hypotheca por estas obrigações nos bens do criminoso começa no momento em que foi commettido o crime.

§ unico. A execução e a preferencia regulam-se pelas regras do direito civil.

ARTIGO 111.º

Aquelle que podia, e devia impedir o damno causado por outrem, é por elle responsavel.

ARTIGO 112.º

Para se applicar a disposição do artigo antecedente, deve em regra provar-se a negligencia, excepto nos casos em que a Lei a presume.

ARTIGO 113.º

Os paes, e depois da morte destes, as mães são responsaveis pelo damno causado por seus filhos menores, que com elles habitam, ainda mesmo que sejam impuberes, se obra-rem com discernimento; salva a prova de que lhes foi impossivel impedir esse damno.

ARTIGO 114.º

Salva igualmente a prova de impossibilidade, os mestres de educação, ou de qualquer arte ou mester, respondem pelo damno causado pelos seus discipulos e aprendizes, durante o tempo em que estes estão debaixo da sua inspecção e direcção.

ARTIGO 115.º

Os chefes de familia, os amos, e os committentes respondem pelo damno causado pelos seus familiares, criados, e prepostos, nas funcções em que por elles estão empregados, salvo o caso fortuito, que a nenhum dos referidos possa ser imputado, ou a força maior.

ARTIGO 116.º

Da mesma fórma os estalajadeiros, ou quaesquer pessoas que em sua casa recolhem e agasalham outros por dinheiro, são responsaveis pelo damno causado por qualquer que tiverem recolhido, e agasalhado por mais de 24 horas, se não houverem satisfeito aos Regulamentos policiaes.

ARTIGO 117.º

Em todos os outros casos em que a responsabilidade pelos factos de outros provém de convenção tacita, ou expressa; e bem assim quando o damno, sem intenção criminosa de pessoa alguma, é causado pelas cousas que qualquer tem debaixo da sua guarda, ou por animaes, se observarão as regras de direito civil.

ARTIGO 118.º

Ninguém poderá ser condemnado a pagar as custas, sem ter dado causa a ellas.

CAPITULO II.

DA EXTINCCÃO DOS CRIMES E PENAS.

ARTIGO 119.º

Todo o procedimento criminal, e toda a pena, acaba pela morte do criminoso.

ARTIGO 120.º

O acto real de amnistia é aquelle que, por determinação generica, manda que fiquem em esquecimento os factos que denuncia antes praticados; e ácerca delles prohibe a applicação das Leis penaes.

§ 1.º O acto de amnistia extingue todo o procedimento criminal, e faz cessar para o futuro a pena já imposta, e os seus effeitos; mas não prejudica a acção civil pelo damno e perda, nem tem effeito retroactivo pelo que pertence aos direitos legitimamente adquiridos por terceiro.

§ 2.º O acto de amnistia applica-se segundo os termos nelle expressamente designados. Todavia, entende-se comprehender os crimes, que constituiram circumstancias aggravantes, e os accessorios que foram commettidos sómente para preparar, ou facilitar a execução dos crimes que declara, se a pena que áquelles é imposta pela Lei não fôr mais grave.

ARTIGO 121.º

O perdão concedido pelo Rei a qualquer criminoso condemnado por sentença, faz cessar para o futuro o procedimento e a pena mesmo pecuniaria, ainda não paga; mas não restitue os direitos politicos de que a condemnação privou o criminoso, se disso se não fizer expressa declaração, nem prejudica a acção civil pelo damno e perda, nem os direitos legitimamente adquiridos por terceiro.

ARTIGO 122.º

O perdão, ou desistencia do offendido extingue o processo criminal nos casos em que não ha lugar a justiça; sem accusação de parte.

ARTIGO 123.º

A prescripção nos crimes e nas penas tem lugar nos termos, e com os effeitos declarados nos §§ seguintes.

§ 1.º Todo o procedimento judicial-criminal contra determinada pessoa se prescreve passados dez annos depois do dia, em que foi commettido o crime; ou, se algum acto judicial teve lugar a respeito desse crime, depois do dia deste acto.

§ 2.º Todo o processo criminal, a que se não deu seguimento, fica extincto, passados dez annos depois do dia em que teve logar o ultimo acto.

§ 3.º Nos crimes de policia correccional o tempo destas prescripções é de cinco annos; e nas contravenções é de um anno.

§ 4.º A acção civil resultante do crime prescreve-se pelo mesmo espaço de tempo, se foi cumulada com a acção criminal.

ARTIGO 124.º

As penas perpetuas, impostas por sentença passada em julgado, não se prescrevem em tempo algum; mas, passados vinte annos, a pena de morte será substituida por qualquer das penas corporaes perpetuas. As penas maiores temporarias prescrevem-se passados vinte annos depois do dia, em que a sentença passou em julgado; e as penas correccionaes passados dez annos.

§ 1.º Nas contravenções o tempo é de dois annos.

§ 2.º A prescripção da pena não se estende aos effeitos da condemnação, relativos aos direitos politicos.

§ 3.º O condemnado que prescreve a sua pena pela prescripção de vinte annos, não póde resistir na comarca, em que residir o offendido, ou a sua viuva, ou seus descendentes, ou ascendentes; e o Governo poderá assignar-lhe o logar do seu domicilio.

ARTIGO 125.º

Nenhuma prescripção corre em quanto o criminoso retem qualquer objecto por effeito do crime.

§ unico. A prescripção não corre em quanto não passa em julgado a sentença no Juizo civil, nos casos em que desta depende a instrucção do processo criminal.

ARTIGO 126.º

A prescripção nos crimes não carece de ser allegada pelo réo.

ARTIGO 127.º

A acção civil por damno e perda, separada do processo criminal; e bem assim toda a restitução, ou reparação civil, man-

dada fazer por sentença criminal passada em julgado, prescreve-se segundo as regras de Direito civil.

ARTIGO 128.º

As prescripções especiaes, decretadas pelas Leis actualmente em vigor para certos crimes, continuarão a ter logar, ainda que esses crimes sejam commettidos depois da publicação do presente Codigo.

ARTIGO 129.º

O condemnado a pena temporaria, que tenha por effeito a perda dos direitos politicos, não póde recobra-los pelo cumprimento da pena, sem que obtenha a rehabilitação.

§ 1.º A rehabilitação é o acto que restitue ao condemnado, que cumpriu a pena temporaria, ou a quem esta foi simplesmente perdoada, ou que a prescreveu, todos os direitos que pela condemnação perdêra.

§ 2.º A rehabilitação é concedida pelo Governo passados tres annos depois do cumprimento, ou perdão, ou prescripção da pena temporaria, precedendo as necessarias informações das auctoridades administrativas.

§ 3.º Quando a pena da perda dos direitos politicos fôr imposta como pena principal, póde tambem passados quinze annos ter logar a rehabilitação, nos termos do § antecedente.

§ 4.º O disposto no § antecedente applica-se aos casos da incapacidade para servir um emprego, ou qualquer emprego.

LIVRO SEGUNDO.

DOS CRIMES EM ESPECIAL.

TITULO I.

DOS CRIMES CONTRA A RELIGIÃO DO REINO, E DOS COMMETTIDOS POR ABUSO DE FUNCÇÕES RELIGIOSAS.

CAPITULO I.

DOS CRIMES CONTRA A RELIGIÃO DO REINO.

ARTIGO 130.º

Aquelle, que faltar ao respeito á Religião do reino, Catholica, Apostolica, Romana, será condemnado na pena de prisão correccional desde um até tres annos, e na multa, conforme a sua renda, de tres mezes até tres annos, em cada um dos casos seguintes:

1.º Injuriando a mesma Religião publicamente em qualquer dogma, acto, ou objecto de seu culto, por factos ou palavras, ou por escripto publicado, ou por qualquer meio de publicação;

2.º Tentando pelos mesmos meios propagar doutrinas contrarias aos dogmas Catholicos definidos pela Igreja;

3.º Tentando por qualquer meio fazer proselytos, ou conversões para Religião differente, ou seita reprovada pela Igreja;

4.º Celebrando actos publicos de um culto, que não seja o da mesma Religião Catholica.

§ 1.º Se o criminoso fôr estrangeiro, serão n'estes casos substituidas as penas de prisão e de multa pela de expulsão do reino temporaria.

§ 2.º Se unicamente se tiver commettido simples falta de respeito, ou as palavras injuriosas, ou blasphemias fôrem

proferidas de viva voz publicamente, mas sem intenção de escarnecer, ou ultrajar a Religião do reino, nem de propagar doutrina contraria aos seus dogmas, será sómente applicada a pena de reprehensão, podendo ajuntar-se a prisão de tres a quinze dias.

§ 3.º Se a injuria consistir no desacato e profanação das Sagradas Fórmulas da Eucharistia, a pena será a de prisão maior temporaria.

ARTIGO 131.º

A mesma pena de prisão maior temporaria será imposta áquelle, que por actos de violencia perturbar, ou tentar impedir o exercicio do culto público da Religião do reino.

ARTIGO 132.º

A injuria e offensa commettida contra um Ministro da Religião do reino, no exercicio ou por occasião do exercicio de suas funcções, será punida com as penas, que são decretadas para os mesmos crimes commettidos contra as auctoridades públicas.

ARTIGO 133.º

Aquelle, que por actos de violencia, ou ameaças, constranger ou embaraçar outro no exercicio do culto da Religião do reino, será condemnado em prisão até seis mezes, salvo se tiver incorrido em pena maior pelo facto da violencia.

ARTIGO 134.º

Aquelle, que, fingindo-se Ministro da Religião do reino, exercer qualquer dos actos da mesma Religião, que sómente podem ser praticados pelos seus Ministros, será condemnado em degredo temporario.

ARTIGO 135.º

Todo o portuguez, que, professando a Religião do reino, faltar ao respeito á mesma Religião, apostatando, ou renunciando a ella publicamente, será condemnado na pena da perda dos direitos politicos.

§ 1.º Se o criminoso fôr Clerigo de Ordens Sacras, será expulso do reino para sempre.

§ 2.º Estas penas cessarão logo que os criminosos tornem a entrar no gremio da Igreja.

CAPITULO II.

DOS CRIMES COMMETTIDOS POR ABUSO DE FUNÇÕES RELIGIOSAS.

ARTIGO 136.º

Todo o Ministro Ecclesiastico, que se servir de suas funcções religiosas para algum fim temporal reprovado pelas Leis do reino, será condemnado em prisão correccional, e multa de um mez até tres annos.

§ 1.º O que abusar de suas funcções religiosas, se o abuso consistir na revelação do sigillo sacramental, ou em seducção de pessoa sua penitente para fim deshonesto, será degradado por toda a vida.

§ 2.º Se o abuso consistir em proceder, ou mandar proceder á celebração do matrimonio, sem que préviamente tenham tido logar as formalidades que as Leis civis requerem, será condemnado em prisão correccional de um até tres annos, e multa de um mez a um anno.

ARTIGO 137.º

Todo o Ministro Ecclesiastico, que, no exercicio do seu ministerio, em sermões, ou em qualquer discurso público verbal, ou escripto publicado, injuriar alguma auctoridade pública, ou atacar algum dos seus actos, ou a fórmula do Governo, ou as Leis do reino, ou negar, ou pozer em dúvida os direitos da Corôa ácerca de materias ecclesiasticas, ou provocar a qualquer crime, será punido com a pena de prisão de um até tres annos, e multa de tres mezes até tres annos.

ARTIGO 138.º

Será condemnado em multa, conforme a sua renda, de um anno até tres, o Ministro da Religião do reino, que abusar de suas funcções:

1.º Não cumprindo devidamente as decisões passadas em julgado dos Tribunaes civis competentes nos recursos á Corôa;

2.º Executando Bullas, ou quaesquer determinações da Cu-

ria Romana, sem ter precedido Beneplacito Regio, na fórma das Leis do reino, salvos os casos em que este crime pelas suas circumstancias tenha o character de crime mais grave.

ARTIGO 139.º

A pena de prisão de tres mezes a tres annos será imposta a qualquer Ministro da Religião do reino, que commetter algum dos seguintes crimes:

1.º Se estando legalmente suspenso do exercicio de suas funcções, ou de alguma dellas, exercer aquellas de que estiver suspenso;

2.º Se recusar, sem motivo legitimo, a administração dos Sacramentos, ou a prestação devida de qualquer acto de seu ministerio.

ARTIGO 140.º

Qualquer pessoa, que contra a prohibição da Lei se fizer admittir como membro de alguma Sociedade, ou Communi-
dade religiosa auctorisada pela Lei, ou pelo Governo, ou que admittir, ou concorrer para que se admitta outrem, com violação da mesma Lei, será condemnada em multa, conforme a sua renda, de um mez a um anno.

TITULO II.

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DO ESTADO.

CAPITULO I.

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA EXTERIOR DO ESTADO.

ARTIGO 141.º

Todo o portuguez, que, debaixo das bandeiras de uma nação estrangeira inimiga, tomar armas contra a sua patria, será condemnado á morte.

§ unico. Se, antes da declaração de guerra, o criminoso estivesse no serviço da nação inimiga, com auctorisação do Governo, a pena será a de prisão perpetua.

ARTIGO 142.º

Todo o portuguez, que se concertar com qualquer Potencia estrangeira para declarar a guerra a Portugal, ou que a induzir, ou tentar induzir para o mesmo fim, tendo com ella, ou com os seus agentes, communicações verbaes, ou por escripto, ou entrando em negociações, ou praticando quaesquer enredos, ou procurando preparar os meios por quaesquer factos, será condemnado, se a guerra, ou as hostilidades se seguirem, a prisão perpetua; e se não se seguirem, será condemnado a degredo perpetuo.

ARTIGO 143.º

Todo o portuguez, que ajudar, ou tentar ajudar uma Potencia estrangeira inimiga na execução de medidas hostis ao Estado, tendo com ella, ou com seus agentes, ou directamente, ou por qualquer intermediario, correspondencia, a fim de facilitar essa execução, ou empregando quaesquer meios, ou praticando quaesquer factos destinados ao mesmo fim, será condemnado a prisão perpetua.

§ unico. Em qualquer dos casos declarados neste artigo, e no artigo antecedente, seguindo-se a guerra, ou as hostilidades, se o criminoso fôr Ministro de Estado corrompido por dadas, ou promessas, ou Agente diplomatico, encarregado, em razão das suas funcções, de negocios com a mesma Potencia estrangeira, corrompido do mesmo modo, será condemnado á morte.

ARTIGO 144.º

Todo o portuguez, que conjurar contra a segurança exterior do Estado, concertando com outra, ou mais pessoas, e fixando a sua resolução de commetter qualquer dos crimes declarados nos dois artigos antecedentes, será condemnado, se a conjuração fôr seguida de algum acto preparatorio de execução, á pena de degredo perpetuo.

§ unico. Se não fôr seguida de algum acto preparatorio de execução, será condemnado a degredo temporario.

ARTIGO 145.º

Todo o portuguez, que com quaesquer subditos da Po-

tencia inimiga tiver correspondencia prohibida pela Lei, ou pelo Governo, sem que o seu objecto seja o que se declara no artigo 143.º; e nella involver alguma informação ou revelação prejudicial aos interesses do Estado, ou que possa aproveitar aos projectos hostis do inimigo, será condemnado a prisão correccional de seis mezes a tres annos.

§ unico. A violação da prohibição, não concorrendo a referida circumstancia, será punida com prisão até seis mezes, e multa até um mez.

ARTIGO 146.º

Todo o portuguez, que, sem auctorisação do Governo, se passar para uma nação inimiga, ou abandonando o territorio portuguez, ou saindo voluntariamente para esse fim de territorio estrangeiro, sem que todavia ajude, ou tente ajudar de qualquer modo o inimigo na guerra contra a sua patria, será condemnado a prisão correccional de um a tres annos, e multa de um mez a um anno.

§ unico. A tentativa deste crime, estando o criminoso no territorio portuguez, é punivel segundo as regras geraes.

ARTIGO 147.º

Todo o portuguez, que, estando antes da declaração da guerra no serviço da nação inimiga, côm auctorisação, ou sem auctorisação do Governo, continuar a servir a mesma nação, depois da guerra declarada, será condemnado a expulsão perpetua.

ARTIGO 148.º

Todo o portuguez, que, por quaesquer actos não auctorizados pelo Governo, expozer o Estado a uma declaração de guerra, ou expozer os portuguezes a represalias da parte de uma Potencia estrangeira, será condemnado, se a guerra ou as represalias se seguirem, a degredo temporario; e se a guerra, ou as represalias se não seguirem, a prisão correccional desde um a tres annos. Salva a pena maior em que possa ter incorrido, se o facto praticado fôr crime punido pela Lei com pena mais grave.

ARTIGO 149.º

Todo o portuguez, que acolher, ou fizer acolher qualquer

espião inimigo, conhecendo-o por tal, será condemnado a prisão perpetua com trabalho.

ARTIGO 150.º

As mesmas penas serão impostas aos estrangeiros, que se acharem ao serviço de Portugal, se commetterem algum dos crimes mencionados nos artigos antecedentes.

ARTIGO 151.º

Salvas as disposições especiaes das Leis militares sobre a espionagem nos campos e praças de guerra, e salvo o que se acha estabelecido pelo Direito das gentes ácerca dos Ministros diplomaticos, todo o estrangeiro residente em territorio portuguez, que commetter o crime previsto no artigo 143.º, ou o de conjuração para elle, ou os crimes previstos nos artigos 145.º e 149.º, será condemnado na pena immediatamente inferior áquella que é decretada em cada um dos ditos artigos.

CAPITULO II.

DOS CRIMES QUE OFFENDEM OS INTERESSES DO ESTADO EM RELAÇÃO ÁS NAÇÕES ESTRANGEIRAS.

ARTIGO 152.º

Aquelle que, exercendo funcções officiaes relativas a negocios com Potencia estrangeira, abusar de seus poderes, offendendo, ou dando causa a que seja offendida a dignidade, a fé, ou os interesses da nação portugueza, será condemnado a prisão maior temporaria.

ARTIGO 153.º

Todo o portuguez, que revelar a qualquer Potencia estrangeira amiga, ou neutra, o segredo de qualquer negociação, ou expedição; ou lhe entregar os planos de quaesquer meios de defeza do Estado, sendo, em rasão das suas funcções, instruido officialmente desse segredo, ou encarregado do deposito desses planos, ou, tendo-os havido, empregando

meios illicitos, será condemnado a prisão maior temporaria, e multa, conforme a sua renda, de um a tres annos.

ARTIGO 154.º

Todo o portuguez, que, violando os Regulamentos policiaes, se passar para paiz estrangeiro neutro, ou amigo, será condemnado em multa, conforme a sua renda, de um mez a um anno.

§ unico. Se fôr em tempo de guerra, a pena será a prisão correccional.

ARTIGO 155.º

Todo o portuguez, que se naturalisar em paiz estrangeiro, ou que acceitar condecoração, ou emprego de uma Potencia estrangeira, sem auctorisação do Governo, será condemnado na pena da perda dos direitos politicos.

§ 1.º Se acceitar serviço, sem auctorisação do Governo, em navio estrangeiro de guerra, ou mercante, será, além da referida pena, condemnado em prisão correccional.

§ 2.º Se estiver fóra do territorio portuguez, e tomar serviço em algum navio mercante estrangeiro, dando parte ao respectivo Agente consular portuguez, cessará a disposição do § antecedente, se não continuar a servir sem licença do Governo, depois que lhe tiver sido possivel obtê-la.

ARTIGO 156.º

Qualquer pessoa, que, sem auctorisação do Governo, recrutar, ou fizer recrutar, assalariar, ou fizer assalariar gente para serviço militar, ou marítimo estrangeiro, ou procurar armas, ou embarcações, ou munições para o mesmo fim, será condemnado no maximo da prisão correccional, e no maximo da multa.

§ unico. Se o criminoso fôr estrangeiro, será expulso temporariamente.

ARTIGO 157.º

Será punido com a demissão, ou suspensão, segundo as circumstancias, qualquer empregado diplomatico, que faltar á protecção que as Leis mandám prestar a qualquer portuguez no paiz estrangeiro em que se achar empregado.

ARTIGO 158.º

Os crimes da illegal **prolongação**, ou do abandono do emprego, com recusação de continuar as respectivas funcções, que forem commettidos por um empregado diplomatico, serão punidos com a pena da perda dos direitos politicos, além daquellas que são geralmente estabelecidas em taes crimes.

ARTIGO 159.º

Aquelle, que commetter por algum facto qualquer offensa contra uma Pessoa Real estrangeira, residente em Portugal, ou contra a pessoa de qualquer Diplomatico estrangeiro, ou de sua familia, ou violar o seu domicilio, ou os direitos de que gosa, segundo o Direito público das nações, ou offender a salva-guarda de qualquer cousa, ou pessoa, ou a segurança dos refens, ou de qualquer Parlamentario, ou daquelle que gosar do salvo conducto, será condemnado no maximo da pena correspondente ao crime que commetter.

ARTIGO 160.º

Aquelle que commetter publicamente por palavra, ou por escripto publicado, ou por qualquer meio de publicação, o crime de diffamação, ou o de injuria contra qualquer Soberano, ou Chefe de uma nação estrangeira, será condemnado em prisão correccional de um a tres annos, e multa de tres mezes a tres annos.

ARTIGO 161.º

Todo o portuguez, que, commandando algum navio armado estrangeiro, com auctorisação do Governo portuguez, commetter em tempo de paz hostilidades contra qualquer navio portuguez, será condemnado em prisão maior temporaria, e no maximo da multa.

§ unico. Se o commandar sem auctorisação do Governo portuguez, e commetter as ditas hostilidades, será condemnado em prisão perpetua, e no maximo da multa, salvo se por essas hostilidades commetter algum crime por que mereça pena mais grave.

ARTIGO 162.º

Qualquer pessoa que commetter o crime de pirataria, com-

mandando navio armado, e cursando o mar, sem commissão de algum Principe, ou Estado Soberano, para commetter roubos, ou quaesquer violencias, será condemnado a trabalhos publicos por toda a vida, e no maximo da multa.

§ 1.º Se dessas violencias resultar a morte de alguma pessoa, será condemnado á morte.

§ 2.º As pessoas, que, com conhecimento do crime, compozerem a tripulação, serão condemnadas em trabalhos publicos por toda a vida.

§ 3.º Em todos os casos, em que Leis especiaes consideram algum facto como crime de pirataria, se observarão as suas disposições.

CAPITULO III.

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA INTERIOR DO ESTADO.

SECÇÃO I.ª

ATTENTADO E OFFENSAS CONTRA O REI E SUA FAMÍLIA.

ARTIGO 163.º

O attentado contra a vida do Rei ou Rainha reinante, ou do Successor immediato da Corôa, será punido com a pena de morte.

§ 1.º O attentado consiste na execução, ou na tentativa.

§ 2.º O homicidio consummado, ou frustrado, do Regente ou Regentes do reino será punido com a pena de morte; e a tentativa com a prisão perpetua.

ARTIGO 164.º

Aquelle, que tomar a resolução de commetter algum dos crimes declarados no artigo antecedente, se praticar algum acto para preparar a execução, será condemnado a degredo temporario.

ARTIGO 165.º

Se dois, ou mais individuos concertaram entre si, e fixaram a sua resolução de commetter algum dos crimes decla-

rados no artigo 163.º, e esta conjuração fôr seguida de algum acto praticado para preparar a execução, serão condemnados a degredo perpetuo.

§ unico. Se nenhum acto fôr praticado para preparar a execução, serão condemnados a degredo temporario.

ARTIGO 166.º

O homicidio consummado, ou frustrado, de qualquer membro da familia do Rei, será punido com a pena de morte.

ARTIGO 167.º

Toda a offensa corporal da pessoa do Rei, ou Rainha reinante, ou do immediato Successor da Corôa, commettida por actos de violencia, será punida com prisão perpetua.

§ unico. Se esta offensa fôr commettida contra a pessoa de qualquer membro da familia do Rei, ou contra a pessoa do Regente, ou Regentes do reino, a pena será o degredo perpetuo.

ARTIGO 168.º

Qualquer injuria commettida contra as pessoas designadas no artigo antecedente e seu §, em sua presença; e bem assim a entrada violenta na casa de sua morada, será punida com degredo temporario.

§ unico. Se unicamente se verificar falta de respeito, que pelas suas circumstancias se deva considerar leve, applicar-se-ha sómente a reprehensão, podendo ajuntar-se a prisão até quinze dias.

ARTIGO 169.º

A offensa, ou injuria commettida publicamente, de viva voz, ou por escripto publicado, ou por qualquer meio de publicação, contra o Rei, ou Rainha reinante, cujo objecto seja excitar o odio, ou o desprezo da sua pessoa, ou da sua auctoridade, será punida com prisão correccional de um a tres annos, e multa de tres mezes até tres annos.

§ unico. O mesmo crime commettido contra as outras pessoas designadas nos artigos antecedentes, será punido com prisão de tres mezes a tres annos, e multa de dois mezes até até dois annos.

SECÇÃO 2.ª

REBELLÃO.

ARTIGO 170.º

Aquelle, que tentar destruir, ou mudar a fôrma do Governo, ou a ordem de successão á Corôa, ou depôr, ou privar de sua liberdade pessoal o Rei, ou o Regente, ou os Regentes do reino, será punido com a pena de prisão perpetua.

ARTIGO 171.º

Serão punidos com a mesma pena de prisão perpetua:

1.º Aquelles, que tentarem destruir a integridade do reino;
2.º Os que excitarem os habitantes de territorio portuguez a guerra civil, e se deverem considerar auctores, segundo as regras geraes da Lei;

3.º Os que excitarem os habitantes de territorio portuguez, ou a quaesquer militares ao serviço portuguez de terra, ou de mar, a levantarem-se contra a Auctoridade Real, ou contra o livre exercicio das faculdades constitucionaes dos Ministros da Corôa, e se deverem considerar auctores, segundo as regras geraes da Lei;

4.º Os que por actos de violencia impedirem, ou tentarem impedir, a reunião, ou a livre deliberação de alguma das Camaras legislativas.

ARTIGO 172.º

A conjuração para commetter qualquer dos crimes declarados nos dois artigos antecedentes, será punida com as penas declaradas no artigo 144.º, segundo a distincção nelle estabelecida.

ARTIGO 173.º

Aquelle, que exercer algum commando, ou direcção em motim, ou levantamento, ou corpo, ou partida organizada, que tenha por objecto qualquer dos crimes declarados nos artigos antecedentes desta secção, será condemnado a prisão perpetua.

§ 1.º A mesma pena se applicará aos auctores, que exci-

taram ao motim, ou levantamento, ou organisaram o corpo, ou partida.

§ 2.º Aos outros corréos applicar-se-ha a pena de degredo perpetuo, ou temporario, conforme as circumstancias.

ARTIGO 174.º

Aos corréos dos crimes previstos nos artigos antecedentes applicar-se-hão as penas mais graves em que tiverem incorrido pelos outros crimes, que houverem commettido.

§ unico. A pena de morte será imposta sómente áquelles, que, segundo as regras geraes estabelecidas na Lei, forem julgados auctores de homicidio premeditado, ou aggravado, nos termos declarados no artigo 351.º

ARTIGO 175.º

Os criminosos mencionados no § 2.º do artigo 173.º, que voluntariamente abandonarem o corpo, ou partida organizada, ou o motim, ou levantamento, antes da advertencia das auctoridades, ou immediatamente depois della, serão isentos de pena por estes crimes. Poderá, comtudo, ter logar neste caso a sujeição á vigilancia especial da policia, pelo tempo que parecer aos Juizes.

§ unico. Aos comprehendidos na disposição do referido artigo 173.º, no seu § 1.º, será nas mesmas circumstancias substituida a pena pela de prisão correccional.

ARTIGO 176.º

Todos os corréos de conjuração prevista nos artigos 144.º, 165.º e 172.º, que della, e de suas circumstancias, derem parte á auctoridade pública, descobrindo os auctores, ou cúmplices de que tiverem conhecimento antes de que por outrem tenham sido descobertos, ou antes de começado o procedimento judicial, serão isentos de pena.

§ unico. Aquelle, que, estando comprehendido na disposição do artigo 164.º, der parte á auctoridade pública, desistindo espontaneamente, será tambem isento de pena.

TITULO III.

DOS CRIMES CONTRA A ORDEM E TRANQUILLIDADE PÚBLICA.

CAPITULO I.

REUNIÕES CRIMINOSAS, SEDIÇÃO, ASSUADA.

SECÇÃO 1.ª

DISPOSIÇÃO GERAL.

ARTIGO 177.º

Em toda a reunião de mais de tres individuos, formada para commetter violentamente algum crime, a cumplicidade dos auctores, ou chefes da reunião será punida com as mesmas penas, que deverem ser impostas aos auctores individuaes desse crime, salva a aggravação procedida da posição pessoal do criminoso.

§ unico. É sempre aggravante a circumstancia de ser armada a reunião.

ARTIGO 178.º

Em geral considera-se reunião armada aquella em que mais de duas pessoas têm armas ostensivas. Quando estiverem armadas com armas ostensivas uma ou duas pessoas sómente, nestas haverá logar a pena como se a reunião fosse armada; e bem assim em todas as que forem encontradas com armas escondidas, posto que nenhuma outra esteja armada.

§ 1.º Presume-se sempre estar armado aquelle, que tem qualquer arma no acto de commetter o crime; excepto provando, que a tinha, ou accidentalmente, ou para os usos ordinarios da vida, e sem designio de com ella fazer mal.

§ 2.º Todos os instrumentos cortantes, perfurantes, ou contundentes são comprehendidos na denominação de armas.

§ 3.º Aquelles objectos, porém, que servirem habitualmente para os usos ordinarios da vida, são considerados armas sómente no caso em que se tiverem empregado para matar, ferir, ou espancar.

SECÇÃO 2.ª

SEDIÇÃO.

ARTIGO 179.º

Se vinte, ou mais pessoas se reunirem e amotinarem, empregando violencia, ameaças, ou injurias, para constranger, ou impedir, ou perturbar no exercicio de suas funcções a Auctoridade pública, ou qualquer dos seus subalternos, ou agentes; quer o seu objecto seja subtrahir-se ao cumprimento de alguma obrigação, ou tornar sem effeito qualquer disposição superior, quer seja obter qualquer outro fim, serão punidas, se a reunião fôr armada, com o degredo temporario; e se não fôr armada, serão punidas com o maximo da prisão correccional.

§ 1.º Aquelles, que excitaram á sedição, e se considerarem auctores, segundo as regras geraes da Lei, ou que commandaram, ou dirigiram a reunião sediciosa, serão punidos, no primeiro caso com o degredo perpetuo, e no segundo caso com o degredo temporario.

§ 2.º Se as violencias commettidas forem pela Lei qualificadas como crimes, a que se deva impôr pena mais grave, será imposta essa pena.

§ 3.º Se em qualquer caso, ou em quaesquer circumstancias, a reunião sediciosa tomar a natureza de motim, ou levantamento contra a segurança interior do Estado, applicar-se-hão as respectivas disposições.

§ 4.º Aos que se retirarem voluntariamente de qualquer reunião sediciosa, serão, nas circumstancias, e com as declarações enunciadas no artigo 175.º, applicadas as disposições ahi decretadas.

SECÇÃO 3.ª

ASSUADA.

ARTIGO 180.º

O ajuntamento de dez ou mais individuos, destinados a commetter violentamente qualquer crime, não havendo co-

meço de execução deste crime, mas sómente algum acto preparatorio, será punido, com a prisão de tres até seis mezes, se a reunião fôr armada; e com a prisão até tres mezes, se a reunião não fôr armada.

§ 1.º Os que excitaram ao ajuntamento, ou que o commandaram, ou dirigiram, e que se considerarem auctores, segundo as regras geraes da Lei, serão punidos, no primeiro caso com prisão até um anno; e no segundo com prisão até seis mezes.

§ 2.º Se o crime, objecto da assuada, se consummou, será imposta a todos os auctores d'elle a pena que, segundo a Lei, dever ser applicada.

§ 3.º A tentativa do crime, objecto da assuada, é sempre punivel segundo as regras geraes.

CAPITULO II.

INJURIAS E VIOLENCIAS CONTRA AS AUCTORIDADES PÚBLICAS RESISTENCIA, E DESOBEDIENCIA.

SECÇÃO 1.ª

INJURIAS CONTRA AS AUCTORIDADES PÚBLICAS.

ARTIGO 181.º

Aquelle, que directamente offender por palavras a pessoa de algum Ministro da Corôa, membro das Camaras Legislativas, Magistrado judicial, ou administrativo, ou de algum commandante da força pública, em sua presença publicamente no exercicio de suas funcções, posto que a estas se não refira a offensa; ou por occasião de suas funcções, em relação a algum acto dellas, será punido com a pena de prisão de dois mezes a dois annos.

§ 1.º A pena de prisão de tres mezes a tres annos será imposta áquelle, que commetter o crime enunciado neste artigo em sessão pública de alguma das Camaras Legislativas contra algum de seus membros, ou dos Ministros d'Estado, posto que não esteja presente, ou contra a mesma Camara; e bem assim em sessão pública de algum Tribunal, ou Corporação administrativa contra algum dos seus membros, posto

que não esteja presente; ou contra o mesmo Tribunal, ou Corporação.

§ 2.º A offensa, que consistir unicamente em gestos injuriosos, será punida com prisão de seis dias a seis mezes; e no caso declarado no § antecedente, estando presente o offendido, será punida com a pena de prisão de um mez a um anno.

ARTIGO 182.º

Se o crime declarado no artigo antecedente, e no seu § 1.º, for commettido contra qualquer agente da Auctoridade ou força pública, ou contra algum Jurado, ou alguma testemunha, ou perito, será punido com a prisão de um mez a um anno. O crime declarado no § 2.º será punido com a pena de desterro até seis mezes.

SECÇÃO 2.ª

ACTOS DE VIOLENCIA CONTRA AS AUCTORIDADES PÚBLICAS.

ARTIGO 183.º

Toda a offensa corporal contra as pessoas designadas no artigo 181.º, no exercicio de suas funcções, ou por occasião destas, posto que não resultasse ferimento ou contusão, será punida com a pena de degredo temporario.

§ 1.º Se a offensa consistiu em ameaça com arma, ou feita por uma reunião de mais de tres individuos em disposição de causar um mal immediato, a pena será a de prisão de um até tres annos, e multa de tres mezes até tres annos.

§ 2.º Se resultou algum ferimento, ou contusão, ou doença, ou derramamento de sangue, a pena será a de degredo perpetuo.

§ 3.º A tentativa de homicidio no caso deste artigo, e nos termos declarados no artigo 350.º, será punida com a pena de trabalhos publicos por toda a vida.

ARTIGO 184.º

Os crimes declarados no artigo antecedente e seus §§ 2.º e 3.º, commettidos contra as pessoas designadas no artigo

182.º, serão punidos com as penas immediatamente inferiores; e no caso do § 1.º serão punidos com a prisão correcional de seis mezes até dois annos, e multa de um mez até dois annos.

ARTIGO 185.º

Aquelle, que alevantar volta, ou arruido perante algum Magistrado judicial ou administrativo, no exercicio das suas funcções, ou em sessão de alguma das Camaras Legislativas, ou de alguma corporação administrativa, será punido com a prisão de dois mezes a dois annos.

SECÇÃO 3.ª

RESISTENCIA.

ARTIGO 186.º

Aquelle, que por qualquer meio de violencia se oppozer a que a Auctoridade pública exerça suas funcções ou a que, seus mandados a ellas respectivos se cumpram, quer tenha logar a opposição immediatamente contra a mesma Auctoridade, quer tenha logar contra qualquer dos seus subalternos, ou agentes, conhecido por tal, e exercendo suas funcções para a execução das Leis, ou dos ditos mandados, se fôr feita sem armas, será condemnado na pena de prisão correcional de um até tres annos, e multa de tres mezes até tres annos.

§ 1.º Se fôr feita com armas, a pena será o maximo da prisão, e multa de um até tres annos.

§ 2.º Se teve effeito, impedindo-se aquelle exercicio, ou execução; ou se foi feita por uma reunião de mais de tres individuos, a pena será o degredo temporario para a India.

§ 3.º Se nesta resistencia se commetter crime que mereça pena mais grave, será imposta a pena correspondente, segundo as regras estabelecidas na Lei.

ARTIGO 187.º

Todo o acto de violencia para constranger qualquer empregado público a praticar algum acto de suas funcções, a que

a Lei o não obrigar, se chegou a ter effeito, será punido, applicando-se as disposições sobre o crime de resistencia.

SECÇÃO 4.ª

DESOBEDIENCIA.

ARTIGO 188.º

Aquelle, que se recusar a prestar **qualquer** serviço de interesse público, para que fôr competentemente nomeado, ou faltar á devida obediencia aos mandados da Auctoridade pública, em todos os casos em que especialmente se não declara nas Leis, ou Regulamentos administrativos auctorisados pela Lei, a pena, ou responsabilidade civil, que deve ter logar pela desobediencia, será punido com prisão até tres mezes.

§ unico. Se a desobediencia consistir em recusar, ou deixar de fazer os serviços, ou prestar os soccorros que lhe fôrem exigidos em caso de flagrante delicto, ou para se impedir a fugida de algum criminoso, ou em circumstancias de tumulto, naufragio, innundação, incendio, ou outra calamidade, ou de quaesquer accidentes em que possa perigar a tranquillidade pública, será punido com prisão de tres mezes até tres annos.

ARTIGO 189.º

Todo o jurado, ou testemunha que não comparecer em Juizo, tendo-se-lhe feito a necessaria intimação, terá a pena de prisão e multa de um mez.

§ 1.º Se allegou escusa, que depois se conheceu ser falsa, terá a pena de prisão de um a seis mezes, e multa de um mez.

§ 2.º Ser-lhe-ha imposta a pena mais grave, em que tenha incorrido, se apresentar documento falso para prova da escusa.

§ 3.º A testemunha, que recusar responder ás perguntas que lhe forem feitas, será punida com prisão até seis mezes.

CAPITULO III.

DA TIRADA E FUGIDA DE PRESOS, E DOS QUE NÃO CUMPREM AS SUAS CONDEMNACÕES.

SECÇÃO 1.ª

TIRADA E FUGIDA DOS PRESOS.

ARTIGO 190.º

Se alguém tirar, ou tentar tirar á Auctoridade pública, ou aos seus subalternos, ou agentes, por meio de violencia, algum preso que em cumprimento de suas funcções estivesse em seu poder, será punido com as penas da resistencia.

§ 1.º Se o preso fôr tirado por peita, ou suborno, o que empregar taes meios será punido como cúmplice dos empregados, ou agentes, que foram peitados, ou subornados.

§ 2.º Se fôr tirado por qualquer outro meio, a pena será a prisão até tres annos.

§ 3.º Se o preso fôr tirado da mão de qualquer pessoa do povo, quando este tinha poder para prender, ou se n'estas circumstancias alguém lhe impediu a prisão, a pena será a de prisão até tres annos.

ARTIGO 191.º

Aquelle, que estando preso em cadêa pública, ou em qualquer prisão, ou lugar de custodia, ou detenção, fugir, ou tentar fugir por meio de arrombamento, ou qualquer violencia; ou se estando debaixo da guarda dos empregados, ou agentes da Auctoridade pública, fugir por meio de violencia, ou que pelos mesmos meios fugir das mãos de qualquer pessoa do povo, quando esta tinha poder para o prender, será condemnado por este só facto á pena de seis mezes até um anno de prisão, cujo cumprimento terá lugar segundo o disposto no artigo 94.º para os crimes commettidos durante o cumprimento da primeira condemnação.

§ 1.º A disposição deste artigo terá lugar sem prejuizo das penas mais graves em que tenha incorrido pelos actos de violencia.

§ 2.º Se fugir por algum outro meio criminoso, será punido com prisão até seis mezes.

ARTIGO 192.º

Qualquer empregado, ou agente encarregado da guarda de qualquer preso, que tiver dolosamente procurado, ou facilitado por quaesquer meios a fugida do mesmo preso, se este o estava por crime a que a Lei impõe pena de morte, ou qualquer pena perpetua, será o empregado ou agente condemnado a trabalhos publicos temporarios.

§ unico. No caso de ser temporaria a pena desse crime, ou de que a prisão fosse por qualquer outro motivo, a pena do empregado ou agente será o degredo temporario.

ARTIGO 193.º

Se a fugida tiver lugar sem que concorressem da parte dos empregados, ou agentes mencionados no artigo antecedente, as circumstancias ahí referidas; e se os mesmos agentes não provarem caso fortuito, ou força maior, que exclua toda a imputação de negligencia, serão punidos com a prisão de um mez a um anno, no caso do artigo antecedente; e com a prisão de quinze dias a seis mezes, no caso do § unico do mesmo artigo.

§ 1.º Cessará a pena deste artigo desde que o preso fugido fôr capturado, não tendo commettido posteriormente á fugida algum crime por que devesse ser preso.

§ 2.º Quando os agentes, de que tratam os artigos antecedentes, forem militares, a presumpção legal da negligencia não se estende além do commandante da força armada, e do seu immediato, salva a prova em contrario, e salvo o que fôr especialmente decretado nas Leis militares nos casos de prisão dos militares, e sobre as infracções de disciplina.

ARTIGO 194.º

Se a fugida tiver lugar com arrombamento, ou qualquer outra violencia, todo o empregado, ou agente encarregado da guarda do preso, que ou fôr auctor do arrombamento, ou violencias, ou fornecer, ou concorrer, ou não obstar a que se

forneçam instrumentos, ou armas para aquelle fim, será condemnado a trabalhos publicos por toda a vida.

§ unico. Se alguns outros individuos fizeram o arrombamento, ou a violencia, para procurar, ou facilitar a fugida do preso da cadeia, ou estabelecimento público, em que se achasse, ou foram cúmplices deste crime, serão condemnados a degredo temporario.

ARTIGO 195.º

Nos casos declarados nesta secção, excepto no artigo 193.º, tem logar a sujeição á vigilancia especial da policia, pelo tempo que parecer aos Juizes.

SECÇÃO 2.ª

DOS QUE NÃO CUMPREM AS SUAS CONDENNAÇÕES.

ARTIGO 196.º

Aquelle, que, estando condemnado por sentença passada em julgado, fugir, sem que tenha cumprido a pena, será punido conforme as regras seguintes:

§ 1.º Se a pena fôr perpetua, será esta aggravada; e se fôr temporaria, será o criminoso condemnado no dobro do tempo que lhe faltar para o cumprimento da pena, mas nunca em menos tempo que o minimo desta estabelecido pela Lei.

§ 2.º O condemnado a degredo, que fugir antes de ter cumprido a sua condemnação, e fôr achado no continente do Reino, ou ilhas adjacentes, se a condemnação tiver sido por toda a vida, será sempre condemnado a prisão maior temporaria no logar do degredo. Se o degredo for temporario, será condemnado em outro tanto tempo de degredo.

§ 3.º O que tiver sido expulso do Reino, se fôr achado no territorio portuguez, será condemnado em degredo para a India.

§ 4.º Se a pena fôr a de desterro, será condemnado a prisão até seis mezes.

§ 5.º Se a pena fôr a de perda, ou a de suspensão dos direitos politicos, será condemnado em multa, conforme a sua renda, de tres mezes a tres annos, aquelle que de qual-

